



PROCESSO	1422165/2021
INTERESSADO	[REDACTED]
ASSUNTO	CERTIDÃO PARA FINS DE CREDENCIAMENTO DE ARQUITETOS E URBANISTAS PERANTE O INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA)
DELIBERAÇÃO Nº 130/2022 – CEF-CAU/SP	

A COMISSÃO DE ENSINO E FORMAÇÃO – CEF-CAU/SP, reunida ordinariamente na sede do CAU/SP e com a possibilidade de participação virtual de seus membros pela plataforma do Microsoft Teams, no uso das competências que lhe conferem os artigos 91 e 93 do Regimento Interno do CAU/SP, após análise do assunto em epígrafe, e

Considerando Lei 12.378/2010 que em seu Art. 6º, define os requisitos para registro no CAU/UF;

Considerando a Deliberação Plenária DPOBR nº 0055-10/2016, que dá interpretação conforme a Lei nº 12.378, de 2010, às atribuições de arquitetos e urbanistas para as atividades de georreferenciamento e correlatas;

Considerando a Deliberação Plenária DPOBR nº 0066-07/2017, que aprova o modelo de Certidão para as Atividades de Georreferenciamento e Correlatas, em complementação à DPOBR nº 0055-10/2016;

Considerando que as referidas deliberações não foram acolhidas pelo Incra para fins de Credenciamento de arquitetos e urbanistas;

Considerando que o ordenamento fundiário nacional compete ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), conforme Decreto-Lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970;

Considerando a Deliberação nº 016/2020_CEF-CAU/BR, que dispõe sobre Certidão para fins de credenciamento de arquitetos e urbanistas perante o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra);

Considerando a Deliberação Plenária DPOBR nº 101.06/2020, de 21/05/2020, que revoga as Deliberações Plenária DPOBR nº 0055-10/2016 e DPOBR nº 0066-07/2017;

Considerando a Deliberação Plenária DPOBR nº 101.06/2020, de 21/05/2020, ratifica que as atividades técnicas do campo de atuação da topografia constituem atribuições de todos os arquitetos e urbanistas, conforme disposto no inciso VI do art. 2º da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, e podem ser realizadas por meio de georreferenciamento;

Considerando a Deliberação Plenária DPOBR nº 101.06/2020, de 21/05/2020, estabelece que: *“conforme legislação vigente, poderão requerer Certidão para fins de credenciamento perante o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) os arquitetos e urbanistas que: a) apresentarem certificado de pós-graduação com carga horária mínima de 360 horas, realizada em Instituição de Ensino credenciada junto ao Ministério da Educação (MEC) para ofertar o curso, que contemple os componentes curriculares de topografia aplicada ao georreferenciamento, cartografia, sistemas de referência, projeções cartográficas, ajustamentos, métodos e medidas de posicionamento geodésico, sistemas de informação geográfica (SIG) e sensoriamento remoto; ou, b) apresentarem os componentes curriculares expressos na alínea anterior, obtidos em curso de graduação reconhecido pelo MEC, que correspondam à carga horária mínima de 360 horas; e que o cumprimento dos componentes curriculares deverá ser comprovado mediante apresentação de histórico escolar, e nos casos em que as disciplinas apresentarem denominação diversa da estabelecida na presente deliberação, deverão ser apresentadas as ementas correspondentes;*



Considerando a Deliberação Plenária DPOBR nº 101.06/2020, de 21/05/2020, estabelece que: “os requerimentos de certidão para fins de credenciamento perante o Incra deverão ser analisados, apreciados e deliberados, em primeira instância, pela Comissão Permanente responsável pelas matérias pertinentes a Ensino e Formação do CAU/UF”;

Considerando a Deliberação Plenária DPOBR nº 101.06/2020, de 21/05/2020, estabelece que: “os casos omissos poderão ser analisados pela Comissão de Ensino e Formação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CEF-CAU/BR)”;

Considerando a Deliberação Plenária DPOBR nº 101.06/2020, de 21/05/2020, aprova os anexos I e II correspondentes aos modelos das certidões, referentes a formação especializada (pós-graduação) ou graduação em arquitetura e urbanismo, respectivamente;

Considerando a documentação apresentada pela requerente;

Considerando o Parecer Técnico nº 006/2021 elaborado pela Supervisora de Pós-Graduação e Acordos Internacionais de Ensino do CAU/SP, de acordo com os normativos vigentes e a documentação apresentada pelo(a) interessado(a);

Considerando o relatório e voto elaborado pelo(a) **Cons. Mônica Antonia Viana**;

DELIBERA:

1 – **ACOMPANHAR** o relatório e voto do Conselheiro Relator e **INDEFERIR** a solicitação de *Certidão para fins de credenciamento de arquitetos e urbanistas perante o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de [REDACTED], CPF [REDACTED] por não atender o normativo vigente.*

2 - **ENCAMINHAR** esta deliberação à SGO do CAU/SP para providências cabíveis

Com **14 votos favoráveis** dos conselheiros Ana Lúcia Cerávolo, Ana Paula Preto Rodrigues Neves, Ana Beatriz Goulart de Faria, Arlete Maria Francisco, Cássia Regina Carvalho de Magaldi, Danila Martins de Alencar Battaus, Fernanda de Macedo Haddad, Fernando Netto, José Roberto Geraldine Junior, Jose Roberto Merlin, Maria Cristina Pinheiro Machado Sanches, Mônica Antonia Viana, Paula Raquel da Rocha Jorge e Adriana Corsini Menegolli.

São Paulo/SP, 06 de janeiro de 2022

Considerando o estabelecido no Despacho PRES-CAUSP nº 001/2021, que regulamentou emergencialmente as reuniões virtuais dos órgãos colegiados do CAU/SP, atesto a veracidade e a autenticidade das informações prestadas.

Arq. Urb. Velta Maria Krauklis de Oliveira
Coordenadora Técnica de Ensino e Formação